

ENSAIO

**PERSPECTIVAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO PERCORRIDO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**Elisabete dos Santos Freire¹

Resumo: Neste ensaio, que tem origem em exposição realizada no I Congresso Internacional de Professores(as)-Pesquisadores(as) de Educação Física Escolar (CIPPEFE), apresento algumas percepções sobre como o currículo da Educação Física vai sendo estruturado nas últimas décadas, a partir das proposições de pesquisadores da área, das políticas públicas de currículo que vêm sendo adotadas no país e das escolhas e ações daqueles que efetivam este currículo no cotidiano escolar. Inicialmente, descrevemos nosso olhar sobre como as políticas de currículo, adotadas no Brasil desde a década de 1990, vão sendo implantadas no país e impactam a Educação Física, com a criação de propostas curriculares oficiais. Analiso também como o pensamento sobre o currículo vai se transformando no diálogo entre os(as) pesquisadores e pesquisadoras da área, nas últimas décadas. Em seguida, passo a analisar algumas possíveis consequências das políticas de currículo no olhar e nas ações de professores e professoras, relacionados ao currículo. Nesse momento, focalizo as percepções docentes sobre a construção oficial de propostas pedagógicas e analiso uma transformação percebida na construção do currículo na área: a diversificação dos temas aprendidos durante as aulas.

Palavras-chave: Educação Física e Treinamento. Currículo. Ensino Fundamental e Médio.

**CURRICULAR PERSPECTIVES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: REFLECTIONS
ON THE TRAILED PATH IN THE LAST DECADES**

Abstract: In this essay, which originates from an exposition at the I International Congress of Teachers Researchers of School Physical Education, I present some perceptions about how the Physical Education curriculum has been structured in recent decades, based on the proposals of researchers in the area, the public curriculum policies that have been adopted in the country and the choices and actions of those who put this curriculum into practice in school life. Initially, I describe my point of view about how curriculum policies, adopted in Brazil since the 1990s, are being implemented in the country and how they impact Physical Education with the creation of official curriculum proposals. I also analyze how thinking about the curriculum has been transformed by the dialogue between researchers in the field in the last decades. Then, I will analyze some possible consequences of curriculum policies in the view and the actions of teachers, related to the curriculum. At this moment, I focus on the teachers' perceptions about the official construction of pedagogical proposals and I analyse a transformation perceived in the construction of the curriculum in the area: the diversification of the themes learned during classes.

Keywords: Physical Education and Training. Curriculum. Elementary and High School Education.

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente tomamos contato com discursos orais ou escritos que insistem em diagnosticar a imutabilidade da Educação Física Escolar, afirmando que ela continua sendo a mesma de algumas décadas atrás (MALDONADO *et al.*, 2018). Se não estivermos atentos, podemos contribuir para disseminar este discurso, estimulando um olhar que desconsidera a complexidade presente na escola e no ensino da Educação Física. Devemos confessar que, por vezes, sentimos certo desapontamento ao ouvir dos ingressantes em cursos de graduação relatos de suas experiências quando eram estudantes da educação básica, destacando ainda a presença de aulas não planejadas ou limitadas à prática esportiva de um pequeno número de modalidades coletivas, por vezes ofertadas bimestralmente.

Esses relatos evidenciam aquilo que se conserva na realidade escolar. Porém, ao manter uma escuta atenta, tenho conhecido também experiências com práticas pedagógicas diferentes, construída por alguns professores (por vezes substitutos) que marcam o percurso desses alunos e que me alertam de algo que por vezes me esqueço: o ensino da Educação Física não acontece da mesma forma em todas as escolas brasileiras. Para conhecer mais de perto a realidade das escolas, é preciso dialogar com aqueles e aquelas responsáveis pela construção dessa realidade. É com esta intenção que participo atualmente de uma pesquisa colaborativa, realizada por professores e professoras que trabalham na rede municipal de Santo André (SP).

Ainda que se reconheça a permanência de práticas há tempos questionadas e que, portanto, seja plausível argumentar sobre a lentidão na transformação nas aulas, podemos concordar que no campo do currículo essas transformações são inquestionáveis. É sobre algumas delas que gostaria de dialogar nesta apresentação. Neste texto, construído para a palestra I Congresso Internacional de Professores(as)-Pesquisadores(as) de Educação Física Escolar (CIPPEFE), desejo apresentar algumas percepções sobre como o currículo escolar da Educação Física vai sendo estruturado nas últimas décadas, a partir das proposições de seus pesquisadores, das políticas públicas de currículo que vem sendo adotadas no país e das escolhas e ações daqueles que efetivam este currículo no cotidiano escolar.

Participar deste evento é algo bastante gratificante. Tomo a liberdade de me reconhecer como uma professora-pesquisadora e, como tal, valorizo o diálogo com os pares. É este diálogo sobre a escola e sobre o currículo que me alimenta e me permite continuar participando da construção da Educação Física. Mas o CIPPEFE tem algo ainda mais

especial. Em 2017, ao analisar a *Sistematização de Conteúdos Temáticos na Educação Física Escolar*, a proposta elaborada pelo grupo autônomo de professores e professoras pesquisadores(as), argumentei sobre a necessidade de que ela fosse disseminada, ao afirmar

[...] se o grupo autônomo de professores-pesquisadores deseja que sua proposta seja mais bem compreendida e divulgada, é preciso buscar formas de ampliar sua produção científica e/ou pedagógica. No meu entender esta ampliação depende da capacidade do grupo de fazer com que sua produção chegue a um maior número de professores e professoras. (FREIRE, 2017, p.71).

Penso que este evento é uma forma muito eficiente de disseminar a perspectiva do grupo sobre a Educação Física, sobre a organização de seus conteúdos e sobre as possibilidades e a relevância de professores e professoras participarem da produção de conhecimentos sobre a área. As organizadoras e os organizadores deste evento contribuem, deste modo, para estimular que novos professores e professoras pesquisadores(as) se mobilizem para participar do grupo ou para criar seus próprios grupos, com o objetivo de pesquisar o ensino da Educação Física na escola, com ou sem a participação da Universidade.

2 CURRÍCULO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO FÍSICA

Há 30 anos, quando ingressei como professora na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, o olhar de professores e professoras, a discussão na academia e as orientações propostas pelos documentos oficiais eram muito diferentes da realidade que se observa atualmente. No início da década de 1990 a academia começava a olhar de forma mais frequente para o currículo. O I Seminário de Educação Física Escolar realizado pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, em 1990, discutiu temas relacionados ao currículo e apresentou questionamentos e concepções que estimularam um debate que começava a atrair a atenção de muitos estudiosos da área. Vale a pena ver, por exemplo, Tani (1991), Betti (1991) e Mariz de Oliveira (1991).

Na escola, erámos responsáveis por todas as reflexões e decisões sobre o currículo a ser implementado nas nossas aulas. É bem verdade que havia um Projeto Político Pedagógico, construído no diálogo com os(as) demais professores e professoras da escola. Porém, a definição de temas a serem tratados era individual e bastante solitária. Para dar suporte às nossas decisões, contávamos com alguns referenciais, como o Programa de Primeiro Grau,

construído pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SÃO PAULO, 1988) e a Proposta Curricular de Educação Física – 1º. Grau, elaborada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP (SÃO PAULO, 1986), que contou com a assessoria do Prof. João Batista Freire e da Profa. Silvana Venâncio Freire. Também conseguíamos auxílio em alguns livros recém-publicados. Em 1992, por exemplo, a publicação de Metodologia do Ensino da Educação Física (SOARES *et al.*, 1992) marcou a forma como olhávamos e efetivávamos o currículo em nossas aulas.

A política educacional que começava a ser adotada no país (BARRETO, 2012) também trazia o currículo para o centro das atenções, iniciando um processo que levou à formulação dos atuais currículos oficiais em âmbito federal, estadual e municipal. A construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998) foi um dos primeiros resultados desta política e, no caso da Educação Física, contou com a participação de vários estudiosos de diferentes regiões do país e com olhares distintos sobre a área. Pude acompanhar de perto o impacto da publicação do documento, tanto no contexto escolar quanto na Universidade. Entendo que este momento de construção da área, foi fundamental para difundir uma nova concepção de Educação Física, que rompe com o olhar predominante até então, com foco no desenvolvimento da aptidão física e na aprendizagem de habilidades motoras específicas de algumas modalidades esportivas. Assim, diferentes modos de ver o currículo passam a ser compartilhados e dão origem a algumas propostas pedagógicas que orientaram sua efetivação por professores e professoras. As propostas pedagógicas críticas (BRACHT, 1999) se destacaram e tiveram papel fundamental no entendimento e na construção do currículo escolar que se dedica ao conhecimento, à vivência e à análise sobre o que se convencionou chamar cultura corporal ou cultura corporal de movimento.

A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, seguindo as orientações do Plano Nacional de Educação, Estados e Municípios brasileiros passaram a elaborar suas próprias propostas curriculares. Obviamente, a adoção desta política pública tem consequências em todas as áreas do currículo. No entanto, penso que na Educação Física os impactos foram diferenciados. Como afirmam Marani, Sanches Neto e Freire (2017, p.250) e como vivi quando era docente na Educação Básica, historicamente a construção do currículo tem sido “responsabilidade exclusiva e individual do professor”. Diferentemente das demais áreas do currículo, a educação física não estava submetida às restrições e regulações da adoção de livros didáticos, que funcionam como uma forma de currículo oficial.

Por isso mesmo, a política pública adotada estava exigindo algo novo de professores, de professoras e da comunidade acadêmica: identificar e organizar os saberes que deveriam ser aprendidos pelos estudantes durante as aulas. Em atendimento a esta demanda, em 2012, 70% dos Estados brasileiros já tinham produzido documentos curriculares oficiais para a área (TENÓRIO, 2012). Escolas da rede privada de ensino também criaram propostas para o ensino da Educação Física, como parte de seus sistemas apostilados de ensino (ADRIÃO *et al.*, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais influenciaram a elaboração de grande parte desses documentos curriculares oficiais no país, sendo possível constatar que em mais de 80% desses documentos a Cultura Corporal aparece como conteúdo da Educação Física, à semelhança do que se propõe nos PCNs. Gramorelli e Neira (2009) demonstram que esta influência também pode ser percebida no discurso e nas práticas adotadas por alguns professores e professoras, comprovando que o currículo oficial deixa suas marcas nos(as) docentes (SACRISTÁN, 2000). Entretanto, outras concepções sobre o conhecimento escolar e sobre a organização deste conhecimento no currículo têm sido produzidas. A perspectiva da Cinesiologia Humana, que já se estabelecia no final da década de 1990, vem sendo difundida entre alguns professores e professoras (RIBEIRO, 2019). Entretanto, ela ainda é pouco conhecida. O Currículo Cultural (NEVES; NEIRA, 2019) tem inspirado os(as) docentes a olhar o ensino da Educação Física sob perspectiva diferente daquela proposta em Brasil (1998). Cinesiologia Humana e Currículo Cultural são perspectivas bastante distintas, mas parecem ter em comum a falta de disposição para o diálogo com aqueles e aquelas que olham para a organização curricular da área a partir de lentes diferentes das suas. Outro olhar sobre o currículo é apresentado na Sistematização de conteúdos temáticos, proposta pelo grupo de professores-pesquisadores (OKIMURA-KERR *et al.*, 2017), já mencionada.

Dessa forma, na última década do século XX e na primeira década do século XXI professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras se dedicaram a pensar o currículo escolar da Educação Física, ao mesmo tempo em que as políticas públicas adotadas propuseram diretrizes para sua elaboração nas escolas. Este processo teve continuidade também na última década, potencializado pela adoção de um currículo nacional oficial: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). A necessária adaptação de Estados e Municípios às determinações da BNCC tem levado a um novo movimento construção de currículos para as redes de ensino. Não me faltam motivos para questionar a existência de um currículo oficial para a Educação Física, mas opto por não aprofundar esta discussão neste

momento. Vou aqui concordar com Apple (1994) e destacar algo que considero positivo: o possível estímulo ao debate sobre o currículo e sobre os saberes que devem fazer parte dele. Penso que podemos aproveitar esta oportunidade e avançar no entendimento e na efetivação do currículo da Educação Física.

Professores e professoras devem desempenhar papel fundamental na elaboração e na efetivação do currículo. Como afirma Sacristán (2000) ao participarem da construção da proposta curricular de sua rede, eles e elas têm a oportunidade para refletir e interpretar o currículo. Algumas redes de ensino têm estimulado esta participação. Em outras, a proposta é construída por um grupo limitado de pessoas da própria rede ou de convidados externos, alguns deles vinculados a Universidades. Mesmo quando a construção convida os(as) docentes a participar da construção, raramente o processo conduzido é democrático e consegue envolver a todos e todas. Em muitos casos, os(as) docentes são convidados(as) a participar, mas não são criadas as condições necessárias, como tempo remunerado ou momentos exclusivos, para que eles e elas possam dialogar e encontrar caminhos coletivos.

O estudo realizado por Marani, Sanches Neto e Freire (2017) tem estimulado nossa reflexão sobre este processo de construção de propostas curriculares. Os autores constataram que professores e professoras concordam com a adoção de uma proposta curricular, entendida como um recurso para construir unidade na rede de ensino. Ao mesmo tempo, desejam maior flexibilidade para organizar os temas a serem tratados. Interessante notar que, embora os(as) participantes apresentem várias críticas à proposta adotada no município investigado, o fato de ter havido alguma possibilidade de participação por vezes é utilizada por eles(as) mesmos(as) para justificar os problemas existentes. Parecem se culpar pelos problemas existentes, por entender que tais problemas podem ser consequência da não participação, no momento nas quais as discussões aconteceram. Contudo, é preciso avaliar se eles tiveram, realmente, a possibilidade de se envolver nesta construção. Penso que é essencial investigar este processo de formulação e implantação de propostas curriculares.

Pelo exposto acima, entendo que o processo de reflexão sobre o currículo da Educação Física vem se transformando nas últimas décadas, influenciado pela organização acadêmica da área e pelas políticas de currículo que o país vem adotando. Tentamos imaginar como seria nossa prática pedagógica se nosso ingresso na Educação Básica ocorresse, atualmente, e nos perguntamos: Como este processo de reflexão, construção e normatização do currículo tem se refletido no cotidiano escolar?

3 A EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO: DIVERSIFICAR BASTA?

Pouco sabemos sobre o impacto que determinações legais e reflexões acadêmicas têm exercido sobre a efetivação do currículo da Educação Física na escola. Podemos encontrar diversos estudos dedicados a ouvir professores e professoras para conhecer seu olhar sobre o currículo, especialmente sobre o oficial. Marani (2016) analisou alguns desses estudos e identificou 20 teses e dissertações publicadas entre 2004 e 2014. A autora verificou que uma parcela dos professores e das professoras são favoráveis à adoção de propostas curriculares oficiais, por considerarem que esta é uma forma de construir unidade na rede de ensino e também porque pode contribuir para a valorização da Educação Física, adotando a mesma prática que os demais componentes do currículo escolar.

Por outro lado, alguns professores e professoras entendem que uma proposta única desrespeita as características dos alunos e alunas e, principalmente, limita a autonomia docente. A relação entre a existência de proposta oficiais e a autonomia de professores e professoras é um tema que tem sido analisado na literatura. Freitas (2012) discute a percepção sobre autonomia de professores e professoras diante da Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Ao tomar como base a obra de Contreras (2012), a autora explica que a autonomia docente, para decidir sobre suas aulas e seu currículo, não é limitada apenas por fatores externos, como a existência de uma proposta curricular oficial. Ela está relacionada à identidade docente, sendo construída por professores e professoras, manifestando-se na forma como eles e elas tomam posição diante da profissão. Sacristán (2000) lembra que, além da proposta curricular oficial, inúmeros outros fatores externos podem limitar a autonomia de professores e professoras. Mas ressalta que há sempre algum grau de autonomia, uma vez que existem decisões que só os(as) docentes podem tomar e que os “professores dispõem de uma margem de atuação importante na acomodação do conteúdo, limitada mais diretamente por sua formação e capacidade do que pelos condicionamentos externos” (SACRISTÁN, 2000, p.174).

Com relação ao currículo que os professores e as professoras têm construído e efetivado em suas escolas, ainda há muito por descobrir. As pesquisas que têm se aproximado do cotidiano escolar para analisar aspectos da prática pedagógica podem trazer algumas pistas sobre os saberes que têm sido aprendidos pelos estudantes. Mas, ainda precisamos avançar neste tema.

Um estudo realizado por Maldonado *et al.* (2016) analisou a publicação científica sobre Educação Física Escolar que retratava práticas consideradas inovadoras concretizadas no ambiente escolar. 70 artigos focalizavam diferentes manifestações da cultura corporal que foram tema das aulas. A diversificação de temas nas aulas de Educação Física também foi identificada em Maldonado *et al.* (2017), que analisou os trabalhos apresentados em anais de eventos científicos realizados no Estado de São Paulo, no período entre 2005 e 2016.

Nogueira, Maldonado e Farias (2018) e Farias, Nogueira e Maldonado (2017) reúnem relatos de práticas pedagógicas construídas por professores e professoras que descrevem como tratam de temas variados durante suas aulas. A partir desses indícios, acredito que é possível perceber, sim, uma transformação significativa na forma como a Educação Física acontece. Acredito também que esta transformação exemplifica o impacto dos Parâmetros Curriculares Nacionais na área. Um dos objetivos gerais propostos para o Ensino Fundamental é “conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais e étnicos” (BRASIL, 1998, p. 33).

Entendo que esta busca pela diversificação ainda não acontece em todas as escolas, nem mesmo na maior parte delas. Mas o fato de ver esta intencionalidade no discurso de professores, nos relatos de experiência e dos trabalhos apresentados em eventos (que em geral são realizados por professores que atuam na escola) pode representar uma tendência na área.

Apresentar temas diversos nas aulas é um avanço, quando se compara com o diagnóstico construído sobre a Educação Física, apresentado em diversos estudos realizados nas décadas 1980 e 1990. Porém, por vezes que questiono sobre qual sentido tem sido atribuído às experiências dos(as) estudantes com os temas diversos ofertados. Tenho visto algumas escolas do Ensino Médio implementando projetos nos quais os estudantes escolhem algumas manifestações da cultura corporal para realizar durante as aulas. Se o foco dessa diversificação e da possibilidade de escolha estiver apenas na vivência desta prática e na aprendizagem de habilidades motoras específicas que possibilitem sua participação, sem que os(as) estudantes sejam estimulados a refletir sobre a prática ou a compreendê-la; sem que avaliem suas sensações nessa experiência; ou sem que consigam analisar suas implicações ou relações com a sociedade ou seu contexto e a cultura, em que estamos avançando? Ficamos imaginando se os estudantes que passam pela experiência de escolher as práticas corporais em suas aulas têm percepções diferentes daqueles que não tiveram a mesma oportunidade. Talvez

eles e elas considerem as aulas de Educação Física prazerosas, mas pouco relevantes, como os estudantes que participaram da pesquisa de Lovisolo (1995).

O fato de um professor apresentar a capoeira como tema de suas aulas, em si, não contribui para que elas sejam significantes, estimulando nos(as) estudantes a possibilidade de aprender a “Ler o Mundo” e participar de sua escrita, papel da educação na perspectiva Freireana. Se o professor ou a professora estiver preocupado(a) apenas com a experimentação e a reprodução mecânica dos gestos específicos da capoeira, do Jiu Jitsu, ou de outra forma de “luta”, o ensino da Educação Física não se diferenciará ou, pior ainda, será menos enriquecedora que a vivência destas práticas em ambientes externos à escola. Portanto, um estudante que tenha a possibilidade de participar de programas desenvolvidos em projetos sociais, que possibilitem a vivência de manifestações diversificadas da cultura corporal de movimento, pode questionar por que precisa participar dessas experiências durante a Educação Física Escolar.

Sim, diversificar é importante. Mas é preciso compreender como esta diversificação vem ocorrendo e, obviamente que outras transformações do currículo da Educação Física estamos construindo no cotidiano escolar. Não tenho dúvidas de que as mudanças estão ocorrendo. Mas precisamos compreendê-las. Acredito que isso só será possível a partir de uma maior aproximação com a escola e com aqueles e aquelas que constroem e efetivam este o currículo. Como mencionei anteriormente, estamos desenvolvendo uma pesquisa colaborativa que tem por objetivo conhecer as percepções dos professores sobre os desafios enfrentados ao realizar a tarefa cotidiana de construir o currículo. Entendo que pesquisas realizadas com professores e professoras pesquisadores(as) são cada vez mais relevantes para a investigação sobre a Educação Física na Escola e sobre seu currículo.

4. PARA FINALIZAR ...

Diante da necessidade de concluir este texto, mas entendendo que este debate deve perdurar por muito tempo, penso ser importante retomar a questão apresentada no final do tópico 2: como o processo de reflexão, construção e normatização do currículo tem se refletido no cotidiano escolar? Em síntese, já é possível perceber uma preocupação de alguns professores e professoras em romper com o paradigma da aptidão física Maldonado *et al.* (2018). Para isso, influenciados pelas diretrizes propostas nos PCNs (BRASIL, 1998), noto a tentativa de garantir aos estudantes a vivência de diversas manifestações da cultura corporal

de movimento. O contato com professoras e professores me faz crer que muitos e muitas fazem mais que apresentar as práticas corporais e se preocupam em estimular a reflexão sobre essas práticas e sua relação com a cultura e a sociedade. Mas, penso que é preciso investigar para que possamos entender que currículo tem sido construído e que outras mudanças podem ser identificadas.

Diversificar é importante, mas não basta. Preocupa-nos o fato de ver tantos professores comprometidos com o ensino da Educação Física e com a educação de seus alunos que incorporaram ao seu discurso a expressão “cultura corporal de movimento” como um rótulo para um rol de temas que devem ser apresentados em suas aulas, sem compreender o que orienta sua escolha. Outro dia conversávamos com uma dessas professoras, que descrevia como se dava a construção do currículo de sua escola e mencionou os temas que haviam selecionado. Perguntamos quais saberes ela e os demais professores da escola esperavam que seus alunos aprendessem durante as aulas em que aqueles temas seriam apresentados. Ela estranhou a pergunta. Quando nos encontramos, dias depois, ela relatou que continuava procurando respostas para nossa pergunta. Também procuramos por essas respostas desde que me tornei professora. Há uma diversidade de respostas possíveis e, me parece que o mais importante é se perguntar. Sem nos questionarmos, não buscaremos por respostas.

Hoje, temos nossa forma de responder a esta pergunta. Afinal, o que esperamos que as pessoas aprendam durante as aulas de Educação Física? Esperamos que a Educação Física contribua para que o aluno ou a aluna se perceba como ser humano em movimento, que ao se-movimentar, interage e se expressa no mundo. Portanto, esperamos que eles(as) percebam que se-movimentar é também sua forma de linguagem. Esperamos que o(a) estudante aprenda que o seu se-movimentar só existe na comunicação com os demais, sendo, portanto, e antes de mais nada, uma prática social, histórica e cultural. Esperamos que ele/ela, então, valorize e viva de forma autônoma esta forma de linguagem no mundo, entendendo que seu se-movimentar tem e sofre impacto local e global e que tem implicações em todas as suas dimensões (física, orgânica, psicológica, ambiental, estética, espiritual...). Esperamos enfim, tomando com base Paulo Freire, que ao estudarem educação física as pessoas sejam capazes de ler o se-movimentar no mundo e de construir formas de dizer sua palavra (FREIRE, 1991).

Mas, a resposta apresentada acima não é uma criação nossa. Ela reflete nossa forma de interpretar ideias e reflexões de muitos grandes pensadores da educação física e da educação. As provocações e concepções de José Guilmar Mariz de Oliveira (1991) estão

presentes no nosso olhar. O diálogo com os professores e as professoras pesquisadoras Okimura-Kerr *et al.* (2017) também pode ser visto no entendimento que apresentei acima. As reflexões de inúmeros outros estudiosos, muitos dos quais nunca tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente, também foram essenciais para que encontrássemos nossas respostas. É evidente, por fim, a relevância da Teoria do Se-movimentar, apresentada por Kunz (1991, 1994) no nosso modo de conceber a Educação Física e, reproduzindo as belas palavras de Betti *et al.* (2014, p. 1634),

[...] que “emancipação” e “autonomia” estão enleadas, constituem um único processo, sempre inacabado, de tomar consciência e pronunciar-se de forma singular, coletiva e crítica diante das objetivações e condicionamentos que as mídias, a indústria cultural e a ciência positiva impõem aos sujeitos. Buscar emancipação e autonomia na EF exige elevar a capacidade crítica dos sujeitos para tomarem decisões, fazerem escolhas, agirem e se pronunciarem no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, no. 108, p. 799-818, Oct. 2009.
- APPLE, Michael. A Política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? *In*: MOREIRA, A.F.B.; SILVA, T.T. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-91.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.42, n.147, p.738-753, set./dez, 2012.
- BETTI, M. Perspectivas para a Educação Física Escolar. *Rev. Paul. Educ. Fis*, v.5, n.1/2, p.70-75, 1991.
- BETTI, M. *et al.* Fundamentos filosóficos e antropológicos da teoria do se-movimentar e a formação de sujeitos emancipados, autônomos e críticos: o exemplo do currículo de educação física do estado de São Paulo. *Movimento*, Porto Alegre, p. 1631-1653, set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/46732/32495>. Acesso em: 17 maio 2018.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 01 mar. 2020.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FARIAS, U. de S.; NOGUEIRA, V. A.; MALDONADO, D. T. Práticas Pedagógicas Inovadoras nas aulas de Educação Física Escolar: indícios de mudanças. Curitiba: CRV, 2017.

FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v 4)

FREIRE, E. S. Sistematização de Conteúdos Temáticos na Educação Física Escolar: reflexões sobre a proposta elaborada pelo grupo de professores-pesquisadores. In: OKIMURA-KERR, T.; ULASOWICZ, C.; VENÂNCIO, L.; SANCHES NETO, L. (Orgs.) Educação Física no Ensino Fundamental I: perspectiva de sistematização dos blocos de conteúdos temáticos, 2017.

FREITAS, Tatiana Pereira. Autonomia e identidade profissional de professores de educação física diante da proposta curricular do estado de São Paulo. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GRAMORELLI, Lílian Cristina; NEIRA, Marcos Garcia. Dez anos de parâmetros curriculares nacionais: a prática da Educação Física na visão dos seus autores. Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 04, p. 107-126, 2009.

KUNZ, E. Educação física: ensino & mudança. Ijuí: Unijuí, 1991.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

LOVISOLO, H. Educação física: a arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

MALDONADO, D. T.; VIEIRA, P. B. A; SANCHES NETO, L.; FREIRE, E. S. Inovação na educação física escolar: desafiando a previsível imutabilidade didático-pedagógica. Pensar a Prática, v. 21, n. 2, 29 jun. 2018.

MALDONADO, D. T. *et al.* Perspectivas de mudança nas práticas pedagógicas da educação física escolar: uma análise dos estudos publicados nos anais de eventos paulistas. Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde, Campinas: SP, v. 15, n. 3, p. 349-367, jul./set., 2017.

MALDONADO, D. T. *et al.* Inovação pedagógica nas aulas de educação física da escola pública brasileira. Seminário Avaliação da Escola Pública Sob o Viés da Qualidade Social. Anais. Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2016.

MARANI, Lidiane. O currículo da Educação Física na rede municipal de Barueri: a perspectiva docente. Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2016, 149f.

- MARANI, Lidiane; SANCHES NETO, Luiz; FREIRE, Elisabete dos Santos. O currículo da Educação Física na rede municipal de Barueri: a percepção dos professores. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 1., p. 249-264, jan./mar. 2017.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. M. Educação física escolar: construindo castelos de areia. *Rev. Paul. Educ. Fis.*, v.5, n.1/2, p.5-11, 1991.
- NEVES, Marcos Ribeiro das; NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural de educação física: princípios, procedimentos didáticos e diferenciações. *Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 4, n.3, p. 108-124, jul./set., 2019.
- NOGUEIRA, V. A.; MALDONADO, D. T.; FARIAS, U. S. Educação Física Escolar no Ensino Médio: a prática pedagógica em evidência. Curitiba: CRV, 2018.
- RIBEIRO, R. Y. S. Da crise da educação física escolar à cinesiologia humana na educação básica: estudo da apropriação da prática pedagógica dos professores. Tese (Doutorado) – Universidade Nove de Julho, 2019.
- SACRISTÁN, Jean Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular de Educação Física - 1º Grau – 2ª Edição preliminar. São Paulo: SE/CENP, 1986.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Divisão de Orientações Técnica – Ensino de Primeiro e Segundo graus. Programa de Primeiro Grau – Ensino Regular. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME / DEPLAN, 1988.
- SOARES, C. L. *et al.* Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- TANI, G. Perspectivas para a Educação Física Escolar. *Rev. Paul. Educ. Fis*, v.5, n.1/2, p.61-69, 1991.
- TENÓRIO, Kadja Michele Ramos. O diálogo entre o currículo oficial e real na implementação de uma proposta curricular para a educação física escolar: um estudo de caso. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Pernambuco/Universidade Federal da Paraíba. Recife, 2012.

CRENCIAIS DA AUTORA

1 Elisabete dos Santos Freire

Instituição: Universidade São Judas Tadeu

Contato: elisabetefreire@uol.com.br

Submetido em: 17/05/2020

Aprovado em: 12/06/2020